



Caderno de Gestão Compartilhada da RECID

A Gestão Compartilhada como uma dimensão política pedagógica

"Nós educadoras e educadores devemos partir da base dos níveis de compreensão de ensino dos educandos/as, da educação do seu meio, da sua observação da realidade, da expressão que as próprias massas têm sua realidade... lá você começa a superação de uma compreensão imprecisa da realidade e ganha uma compreensão cada vez mais exata, mais objetiva da mesma.

O ponto de partida da educação é o contexto cultural, ideológico, político dos educandos/as. Não importa que este contexto esteja fadado a perder: uma tarefa dos educadores e educadoras é fazer isso. Re-fazer o mundo, re-pintar o mundo, re-cantar o mundo, re-dançar o mundo.

É necessário desenvolver uma pedagogia da pergunta. Sempre subtrair ouvindo uma pedagogia da resposta. Professores/as contestam as perguntas que alunos/as não fazem.

O estudo não é medido pelo número de páginas lidas numa noite, pelo número de livros lidos em um semestre. Estudar não é um ato de consumir ideias, mas em criar e recriá-las."

Paulo Freire





Caderno de Gestão Compartilhada da RECID

A Gestão Compartilhada como uma dimensão política pedagógica



Conteúdo

1. Apresentação do Caderno de Gestão Compartilhada 2013/2014

2. A Rede de Educação Cidadã - Recid

- 2.1 Desafios Estratégicos da Recid
- 2.2 Metodologia e Estratégias de Ação

3.O novo Convênio: Projeto E-DHESCA - Educação, Cidadania e Direitos Humanos – Conectando Redes e Saberes

- 3.1 Dados do Convênio
- 3.2 Objetivo Geral do Projeto
- 3.3 Alguns Resultados esperados do Projeto
- 3.4 Sobre o cadastro do projeto no SICONV (Sistema de Convênios do Governo Federal)

4. Os espaços de Formação da Recid

- 4.1 Atividades de Formação (Oficinas)
- 4.2 Encontros Intermunicipais
- 4.3 Encontros Macrorregionais
- 4.4 Reuniões Macrorregionais
- 4.5 Encontros Nacionais

5. Planejamento das Atividades

6. O passo a passo para a realização das Atividades

- 6.1 Quadro Geral das Atividades
- 6.2 O passo a passo das Atividades de Formação (Oficinas)
- 6.3 O passo a passo dos Encontros Intermunicipais
- 6.4 O passo a passo dos Encontros Macrorregionais
- 6.5 O Passo a passo das Reuniões de Coordenação Regionais
- 6.6 O passo a passo dos Encontros Nacionais
- 6.7 Passagens Aéreas
- 6.8 Ajuda de custo “Locomoção Urbana” dos encontros Regionais e Nacional
- 6.9 Diárias
- 6.10 Perguntas Frequentes

7. Algumas Informações sobre o Administrativo

- 7.1 Papel das Entidades Âncoras e dos Educadores responsáveis pela Gestão
- 7.2 Siconv, OBTV e Cotação Eletrônica Prévia de Preços

8. Monitoramento e Avaliação

9. Anexos

- 9.1 Quadro das Metas e Etapas do Convênio
- 9.2 Texto sobre as Atividades de Formação (oficinas) e Fluxograma
- 9.3 Modelo de Relatório Pedagógico das atividades da rede realizadas pela entidade âncora estadual
- 9.4 Modelos de Planejamento, Memória de Cálculo, Folha de Identificação das Atividades, Lista de Presença
- 9.5 Equipe CAMP/Recid - Entidade Âncora Nacional
- 9.6 Talher Nacional
- 9.7 Comissão Nacional
- 9.8 Endereços para envio de documentos



1 Apresentação do Caderno de Gestão Compartilhada 2013/2014

Este Caderno de Gestão Compartilhada foi elaborado para ser um guia de como realizar as diversas atividades da Recid e trazer informações sobre o Convênio que a financia nos anos de 2013/2014. Assim, ele apresenta, de forma resumida, os objetivos, as ações, as metas e os resultados que o Projeto pretende desenvolver nesse período e os procedimentos que devem ser realizados para execução das atividades. O Caderno está direcionado

aos educadores, principalmente os que assumem a responsabilidade da Gestão, e para os integrantes das Entidades Âncoras estaduais.

Este material foi preparado pela equipe de Gestão Nacional da Rede de Educação Cidadã– Recid – também com a colaboração de suas equipes estaduais de gestão.





2

Rede de Educação Cidadã - Recid

A **Rede de Educação Cidadã - Recid** é uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira, principalmente com grupos vulneráveis econômica e socialmente, promovendo o diálogo e a participação ativa na superação das desigualdades sociais, afirmando um Projeto Popular, democrático e soberano de Nação.

As atividades realizadas de Educação em direitos humanos e educação popular são financiadas por meio de um convênio com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) em sua área de Educação em Direitos Humanos e o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). O CAMP participou da Chamada Pública n. 06/2012- SDH/PR e foi selecionado como o parceiro responsável para realização de ações relativas ao objeto da chamada, que era | : “ a seleção de projetos para a realização de ações de educação em direitos humanos e educação popular com base nos referenciais metodológicos consolidados da Rede de Educação Cidadã, principalmente seu Projeto Político Pedagógico.”

Nesse sentido o CAMP é o responsável pela execução das Metas e Etapas previstas no Plano de Trabalho aprovado pela SDH e cadastrado no Portal do Siconv (Sistema de Convênios)

A concepção de Gestão Compartilhada da Recid passa pela horizontalidade política, pedagógica e financeira, envolvendo diversos sujeitos e espaços. A Equipe Nacional é formada por 19 pessoas, sendo 16 alocadas em Porto Alegre/CAMP e três em Brasília. Além da entidade âncora nacional, compõem a Rede 26 entidades estaduais e uma no Distrito Federal. Os educadores populares contratados totalizam, 185 e atuam nos 27 entes da federação, há ainda centenas de educadores não contratados que se comprometem com as atividades da Rede nos estados.

São Referenciais metodológicos da Rede de Educação Popular – RECID:

Princípio 1º: Compromisso com o projeto popular de nação.

Princípio 2º: Fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais Populares.

Princípio 3º: Humanização das relações sociais e com o mundo, em sua dimensão integral (afetiva, cognitiva, transcendental, cultural, socioambiental, política e ética).

Princípio 4º: Defesa da biodiversidade e da natureza na perspectiva política e socioambiental sustentável.

Princípio 5º: Partir da realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade.

Princípio 6º: Compromisso com o processo formativo para todos(as) os(as) envolvidos(as), garantindo a intencionalidade política deste, o exercício de papéis diferentes entre educadores(as) e educandos(as), momentos de planejamento, de estudo aprofundado, de registro, de sistematização e de avaliação.

Princípio 7º: Dialogicidade.

Princípio 8º: Processo de educação popular como prática para a liberdade.

Princípio 9º: Compromisso com a emancipação popular.

Princípio 10º: Construção do poder popular, no exercício da transformação das relações de poder.

Princípio 11º: Identidade, horizontalidade e organicidade da rede.

Princípio 12º: Vivência de uma mística da militância e da mudança.

2.1 Desafios Estratégicos da Recid

A partir da necessidade de pensar e agir estrategicamente, em vista da construção, potencialização e efetivação do Projeto Popular para o BRASIL (PPB), o 11º Encontro Nacional discutiu e deliberou sobre cinco grandes desafios¹, os quais visam fortalecer e ampliar os Direitos Humanos e a cidadania de parte significativa da população brasileira:

1º - Fortalecer as lutas contra os impactos do Modelo Neo-desenvolvimentista, a partir do Projeto Popular para o Brasil.

2º - Fortalecer as lutas contra o processo de exclusão sócio territorial nos centros urbanos.

3º - Fortalecer as organizações e lutas contra todas as opressões e discriminações com especial destaque as que atingem a juventude e as mulheres.

4º - Radicalização da Democracia.

5º - Fortalecimentos das ações que acumulem para a construção do Projeto Popular para o Brasil.

2.3 Metodologia e Estratégias de Ação da Recid²

Compreende-se a Educação Popular como um processo contínuo e permanente de formação para a transformação da realidade a partir do protagonismo dos sujeitos.

Este Projeto, baseado no referencial teórico-metodológico da Educação Popular Freireana, busca a formação de educadores e educadoras populares, articulados em rede, que, por sua vez, vão fortalecer os processos de formação com grupos socialmente vulneráveis. Neste sentido, equipes de educadores e educadoras distribuídas por todos Estados da Federação e Distrito Federal, juntamente com uma equipe de coordenação e acompanhamento das atividades, mais um conjunto de educadores/as populares não contratados/as, realizarão as atividades de formação:

- Atividades de Formação (Oficinas);
- Encontros Intermunicipais;
- Encontros Macrorregionais;

- Encontros Nacionais;

Demais atividades de organização e mobilização.

Ao mesmo tempo, o CAMP participa da gestão administrativa, financeira e pedagógica de maneira compartilhada, ou seja, em rede, e contribui para a análise e sistematização de todo esse processo como forma de continuidade e reinvenção do legado freireano, além de contribuir com a construção da história dos sujeitos participantes desse processo.

As **Atividades de Formação Pedagógica (oficinas)** buscam o levantamento das realidades locais, sua articulação com temas mais gerais no que toca aos Direitos Humanos e a organização do trabalho comunitário para o exercício da cidadania. Este esforço coletivo fomenta os encontros locais e estaduais, que por sua vez subsidiam os encontros entre as regiões do País, articulando a análise das realidades locais, estaduais e nacionais formando uma rede de conhecimento, análise e criação de mecanismos de enfrentamento das violações de direitos e exercício de cidadania. Em rede os sujeitos envolvidos assumem responsabilidades individuais e coletivas na busca por soluções acerca da problemática social nacional e local e na construção de um Projeto Popular para o Brasil (PPB). Toda esta prática é também registrada, servindo de subsídio para sua análise e sistematização.

A perspectiva da Educação Popular busca assegurar, em seu método, a realização de três momentos pedagógicos:

- Estudo da realidade;
- Aprofundamento teórico;
- Estratégia de ação.

A ideia da ação-reflexão-ação guia a prática educacional. **Cada atividade a ser realizada terá estes três momentos.** Da mesma forma, todo o processo de formação que buscaremos desenvolver trilhará este caminho:

- a) Partir da Realidade imediata, que é resultado não só de uma ação ou experiência, mas de toda uma prática social e histórica, PARA QUÊ:

1 Conforme PLANO POLÍTICO, PEDAGÓGICO E ORGANIZATIVO DA RECID TRIÊNIO 2012 – 2014, pag. 5.

2 Conforme PLANO POLÍTICO, PEDAGÓGICO E ORGANIZATIVO DA RECID TRIÊNIO 2012 – 2014, pag. 11.

- b) Possamos apropriar-nos de conceitos teóricos que nos permitam conhecer as distintas dimensões da realidade imediata e global, descobrindo as contradições mais profundas, COM O OBJETIVO DE:
- c) Utilizar estes saberes como estratégias de ações transformadoras através de uma prática coerente.

Estudo da Realidade

Ter a *prática social* como ponto de partida e de chegada é partir da problemática concreta de determinado grupo, de suas necessidades, do conhecimento que já possui sobre determinado tema e do nível de consciência do grupo. *Prática social* é composta por elementos objetivos e subjetivos, não é homogênea, é contraditória, submetida a ideologia dominante, contudo, com manifestações de resistência. Deste contexto busca-se o universo de temas a serem trabalhados e o tema gerador, ou estruturador dos demais, que é o segundo momento.

Aprofundamento Teórico

Teorizar sobre a prática nos ajudará a descobrir as contradições e tensões internas da prática social, indo além da aparência dos fatos até atingir seus elementos essenciais, passando do conhecimento empírico ao conhecimento teórico. Teorizar sobre nossa prática permite que aprofundemos o conhecimento sobre a realidade onde estamos inseridos. Assim, podemos situar nosso cotidiano dentro de um conjunto da totalidade social, fazendo um movimento complementar de ação-reflexão-ação, que sai da particularidade para a generalidade, do específico para o global, do micro para o macro. Ao realizar nossa própria teorização torna-se necessário confrontar nossos conhecimentos com os de outras práticas, já sistematizadas. Tudo isso contribui para a reflexão e reinterpretação da teoria possibilitando qualificar a prática em questão (ação-reflexão-ação).

Troca de Saberes

Fazer da teoria uma referência para nossas ações práticas é dar continuidade à reflexão do segundo momento, completando o círculo da ação-reflexão-ação. Organizando nosso plano de ação para colocá-lo em prática intervindo na realidade. Nesse

momento, voltamos a caminhar do plano mais geral para o específico, do macro para o micro, da abstração para o concreto. Todo esse processo só tem sentido se for coletivo, com a participação de todas as pessoas envolvidas, pois para compreender a realidade se faz necessário ouvir as pessoas organizadas, sujeitos da experiência.

Sistematização

Sistematizar um momento educacional é organizar os conhecimentos produzidos pela prática. Refletir sobre a ação para qualificá-la retomando os momentos pedagógicos ao produzir conhecimentos novos. Por exemplo, filmar um encontro e editar um documentário sobre o mesmo é pré-condição para um processo de sistematização. Da mesma maneira, escrever cartas pedagógicas, fazer desenhos que representem a experiência, encenar a vivência em peça de teatro, etc. A inserção da prática sistematizadora em processos de educação popular tem revelado a pertinência e a relevância dessa ação no amadurecimento teórico e prático das experiências. Para uma educação que atua sob uma perspectiva emancipadora, o processo de sistematização é concebido como uma construção participativa que revela o protagonismo dos sujeitos que com ela estão envolvidos.

Desvelar o mundo diante de nossos olhos, ressignificando ações que muitas vezes foram esvaziadas de seu sentido ético-político-pedagógico pelo acúmulo de atividades na busca pela concretização das metas estabelecidas, é uma das possibilidades que o processo de sistematização traz aos seus autores/sujeitos que vivenciam a educação popular. Para desencadear os processos de sistematização é importante organizar momentos de formação com os educadores e educadoras que irão posteriormente coordenar processos de sistematização. Momentos de reflexão sobre:

- O que é sistematizar?
- O quê sistematizar?
- Para que sistematizar?
- Como sistematizar?
- Como comunicar a experiência?

Em nosso entendimento, todo e qualquer processo de sistematização, requer primeiro um denso registro das experiências a serem sistematizadas, assim como a presença das “memórias vivas” de quem as viveram e as construíram.

Destacamos a sistematização como um elemento integrador da nossa prática formativa. Para nós, a sistematização é uma postura metodológica que prima pelo registro, reflexão e pela evolução conceitual da experiência. Trata-se de um modo peculiar de registro e reflexão da prática educativa visando a interpretação e a transformação da mesma. A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, partir de seu ordenamento e reconstrução, permite extrair seus ensinamentos, descobrindo ou explicitando a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e por que o fizeram desse modo (Oscar Jara, 1996, p. 29) .

Humanização das relações e Mística

Ao praticar uma educação diferenciada criamos posturas críticas que combatem a desumanização provocada pela mercantilização/coisificação da vida promovida pelo modo de produção capitalista. Portanto, a valorização da equidade de gênero, etnia, geração, sexo e classe e a promoção de uma mística são práticas essenciais a todos os processos a serem desencadeados. Não se trata apenas de respeitar as diferenças, mas valorizá-las como a essência da própria vida. Neste sentido construímos a prática de escuta e de diálogo atentos, capazes de perceber e de respeitar a riqueza da diversidade.

Cultivar os valores, tais como: a solidariedade, a partilha, a acolhida, o respeito, incentivam a emancipação e autonomia e combatem a postura de concorrência que o mercado nos impõe e o paternalismo de nossa sociedade autoritária e excludente. Estes e outros valores são necessários desde que sejam assumidos pelas pessoas e pelos coletivos sociais.

A mística deve ser vivida como sentimento de pertença, gratuidade, partilha, construção coletiva, e cultivo de valores sem perder a visão e a prática do objetivo maior que é a equidade econômica, política, social e cultural. A mística é uma realidade que mais se vive do que se fala sobre ela. É a alma do combatente. É o sabor que junta o pensamento a

ação e a emoção. É uma crença no valor da vida, na dignidade das pessoas, na força do trabalho, na necessidade da liberdade e na construção da solidariedade universal (Peloso, 1994, p. 3) .

Entendemos as grandes motivações e ideais que mobilizam a pessoa, a comunidade, para a ação. A mística é a força motriz, a fonte que arranca a pessoa do egoísmo e a entrega a uma militância. A mística é constituída por um grande ideal e inspiração que neutraliza os ídolos do egoísmo. A Mística é, pois, o motor secreto de todo compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas na monotonia das tarefas cotidianas e, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. É a mística que nos faz antes aceitar uma derrota com honra que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição aos valores éticos e resultado das manipulações e mentiras. (Leonardo Boff, Frei Betto, 1994, p. 25) .

Comunicação

A comunicação é a essência do diálogo. Para nós o diálogo entre os saberes, tem como referência obrigatória a bagagem cultural e a realidade concreta dos sujeitos. Para nos relacionarmos com as pessoas temos que nos comunicar, temos que nos sintonizar uns aos outros. Os saberes dependem das relações e da comunicação para existir. É neste sentido que a comunicação torna-se um elemento transversal. Comunicar, também é dividir informações, partilhar emoções, trocar experiências, ideias e sentimentos.

Há várias formas de nos comunicar, portanto, temos que buscar diferentes linguagens para dar conta da diversidade entre as pessoas. Utilizando estas linguagens temos que socializar os conhecimentos produzidos. Comunicar o que produzimos é estabelecer relações com os outros, saindo do isolamento, construindo relações coletivas.

A comunicação de nossos saberes está diretamente relacionada à sistematização de nossas ações. Como foi dito acima sistematizar é organizar nossa prática; comunicar é dar vida e aplicação prática ao que produzimos. Comunicamo-nos através de jornais, fanzines, utilização de símbolos, teatro etc. Buscamos explorar todos os sentidos e canais possíveis na comunicação. Dessa forma, procuraremos consoli-

dar a comunicação como um processo coletivo de construção de conhecimento, de humanização, de diálogo, de relações horizontalizadas e de expressão da diversidade.

Gestão compartilhada e organicidade

A *organicidade* é vista como unicidade da ação pedagógica nos vários espaços com diversos sujeitos, contemplando a diversidade regional e local (especificidades do trabalho de base). É a relação que cada pessoa tem com o todo.

A *gestão compartilhada* vai além da gestão de recursos para a gestão do todo. A corresponsabilidade é que dá o tom, trazendo, aos envolvidos e envolvidas nas ações, um olhar de sujeito e não apenas de participante. Neste ponto a organicidade se cruza com a gestão compartilhada como exercícios de construção da autonomia da rede como um organismo, ou uma organização, que reúne a diversidade para objetivos comuns.

A gestão compartilhada requer que o planejamento de todas as ações seja participativo, que toda tomada de decisão seja coletiva, que todos vivenciem a democracia e a participação. Assim atingimos as relações de poder em busca da horizontalidade, valorizando a participação efetiva e afetiva.

Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento das ações da Recid é compreendido como um processo de formação, avaliação e intervenção permanente, o que possibilita a releitura e redefinição dos mecanismos administrativo-financeiros, dos fluxos de comunicação e das práticas político-pedagógicas.

Acompanhar, na concepção freireana de educação, pressupõe uma metodologia que inclui a investigação, a escuta e o olhar atento para a ação e para o discurso; a problematização das práticas; a sistematização, em sínteses provisórias, dos processos vividos, dos encaminhamentos e dos resultados; a apreensão crítica, como ponto de partida para a construção da prática pedagógica; a avaliação como um olhar crítico da práxis pedagógica. Assim, a formação e o acompanhamento possibilitam o distanciamento do cotidiano imediato e o olhar crítico diante das experiências que constituem os sujeitos no coletivo. É espaço privilegiado para que os edu-

cadores e as educadoras deem-se conta de suas limitações na busca da superação.

O acompanhamento dos processos de gestão compartilhada deve ser realizado pela Equipe de Gestão do Coletivo Nacional e pelas Equipes Estaduais. Neste projeto o acompanhamento ocorrerá por meio da orientação, formação, definição e execução de procedimentos, tais quais:

- gestão administrativo-financeira e pedagógica;
- planejamento coletivo e compartilhado;
- registro e sistematização das ações;
- organização de atividades.

De acordo com a fundamentação teórico-metodológica, a prática de todos os envolvidos com o projeto e os resultados da intervenção das ações na estrutura social, política e econômica brasileira, devem ser analisadas a partir de duas dimensões, que possibilitam a criação de sinalizadores do processo vivido: a primeira é referente às ações executadas (visitas, reuniões, oficinas, encontros, seminários) e a segunda, é referente aos efeitos dessas ações, tais como: autoestima dos envolvidos, gestão compartilhada, controle social, mobilização e participação cidadã, geração de renda, associativismo e garantia dos direitos humanos.

A avaliação sobre as ações deste projeto devem considerar o processo coletivo de construção de procedimentos e produtos, envolvendo planejamento da ação, execução e a produção de materiais, como também o resultado decorrente deste trabalho.



3

O Novo Convênio: Projeto E-DHESCA - Educação, Cidadania e Direitos Humanos – Conectando Redes e Saberes

O CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional, responsável pelo Convênio estabelecido com o Governo Federal/SDH, é uma organização social, brasileira, fundada em 1983 que tem como princípio “promover a garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais das populações urbanas através da mobilização social, da formação de lideranças democráticas e da produção de conhecimento no sentido da construção de novos referenciais de desenvolvimento local sustentável”.

Tem por objetivo capacitar a sociedade civil e os Movimentos Sociais Populares para a construção de uma sociedade radicalmente justa, fraterna e democrática. Formando agentes para a construção de novas alternativas de desenvolvimento econômico e social e educadores coletivos capazes de preparar os trabalhadores para a disputa da hegemonia e exercício da cidadania, além de criar espaços de construção e irradiação de novas formas de sociabilidade.

Com estes princípios e pela sua trajetória construída ao longo de seus 30 anos de existência, o CAMP assume o desafio de contribuir na gestão da Rede de Educação Cidadã – RECID, para o desenvolvimento do projeto “E-DHESCA: EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS Conectando Redes e Saberes”.

3.1 Dados do Convênio

PROJETO: E-DHESCA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - Conectando Redes e Saberes.

TERMO DE CONVÊNIO: SICONV Nº 778677/2012- SDH/BR

DATA DA ASSINATURA: DEZEMBRO DE 2012

VALOR GLOBAL: R\$20.100.069,01

3.2 Objetivo Geral do Projeto

Apoiar e fortalecer a experiência da Rede de Educação Cidadã – RECID através de ações de formação integrada e continuada de lideranças sociais nas várias temáticas de direitos humanos, da articulação nacional em rede de educadores populares, do

fortalecimento das experiências comunitárias em educação popular e da produção coletiva de conhecimento a partir das práticas sociais de luta pela exigibilidade dos direitos humanos e sociais visando à ampliação dos marcos da democracia brasileira como instrumento de superação da condição de pobreza e vulnerabilidade das comunidades envolvidas.

3.3 Alguns Resultados esperados do Projeto

- Formação de 185 educadoras/es populares oriundas/os de todos os estados e do Distrito Federal como multiplicadoras/es das várias temáticas de direitos humanos utilizando a metodologia de educação popular.
- Empoderamento das comunidades envolvidas pelo conhecimento das políticas públicas federais desenvolvidas que materializam os direitos humanos e as redes e serviços públicos existentes que dão acesso a estes direitos.
- Fortalecimento de Rede de Educação Cidadã – RECID como uma política pública que visa garantir a autonomia das comunidades e a organização social, meios essenciais para o exercício da cidadania.
- Difusão do arcabouço jurídico de direitos humanos existentes na legislação brasileira para 100.000 (cem mil) lideranças sociais das comunidades envolvidas.- Sistematização das boas práticas de educação popular em direitos humanos organizando um acervo político metodológico a ser disponibilizado para as redes envolvidas no Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3.



4 Os espaços de Formação previstos no convênio

Neste tópico, apresentamos as características gerais dos espaços de formação, seus objetivos e sujeitos envolvidos.

4.2 Atividades de Formação (Oficinas)

As 5.104 atividades pedagógicas de formação e capacitação em direitos humanos (Oficinas) **têm** importantes papéis na estratégia do Projeto. Elenamos alguns: aproximar milhares de lideranças sociais dos temas dos direitos humanos capacitando-as para a difusão destes direitos em suas comunidades; articular estas lideranças com outras que também atuam e participam de processos de educação em direitos humanos; permitir um diálogo de saberes entre as experiências em educação popular que existem em todos os estados da federação e no Distrito Federal e difundir a existência e o funcionamento das centenas de políticas sociais do Governo Federal para as comunidades envolvidas.

4.3 Encontros Intermunicipais

A realização dos encontros intermunicipais permite a integração das lideranças das comunidades envolvidas e a troca de experiências. Visa proporcionar a articulação das várias redes e saberes, em especial com os processos das Redes de Educação em Direitos Humanos e de educação popular nos vários estados da federação e no Distrito Federal. A previsão é de 10 encontros para cada estado e DF.

4.4 Encontros Macrorregionais

Uma das estratégias desse projeto é buscar lideranças sociais e possibilitar que elas exerçam o papel de educadores/as em suas localidades. Nesse sentido, o projeto prevê um conjunto de procedimentos voltados para atrair novos perfis de lideranças sociais, abertura para que essas lideranças participem concretamente das atividades planejadas em âmbito local, etc.

4.5 Reuniões de Coordenação Macrorregionais

Espaço onde os/as educadores/as, escolhidos/as pelos estados, se encontram em sua macrorregião para encaminhar e gerir, coletivamente, os processos políticos e pedagógicos, bem como contribuir para os processos de acompanhamentos aos estados em conjunto com o CAMP, Talher Nacional e Comissão Nacional e nos processos organizativos dos encontros macros.

4.6 Encontros Nacionais, Reuniões Nacionais e Reuniões Nacionais Ampliadas

Os Encontros Nacionais visam organizar, avaliar, planejar as atividades e envolvem os diversos sujeitos conforme seu objetivo. São momentos, também de capacitação e troca de experiências. As reuniões nacionais são reuniões para dar encaminhamentos e executar as deliberações dos encontros nacionais e planejamentos. As reuniões nacionais ampliadas tem a mesma função, mas contam com a participação de uma pessoa representante por estado.



5 Planejamento das Atividades

Para facilitar e agilizar o pagamento das atividades de formação do convênio, os coletivos estaduais devem manter atualizado o cronograma de atividades elaborado em seus planejamentos. Neste sentido apresentamos um modelo de planilha (nos anexos) constando o cronograma de atividades, locais, estaduais e macrorregionais. Ressaltamos que esta tarefa é complementar ao Planejamento realizado pelos

Coletivos e extremamente necessária para a execução do Convênio, pois como explicaremos mais detalhadamente adiante, neste Convênio os repasses de recursos às entidades, educadores contratados e fornecedores são feitos pelo Siconv, através de uma Ordem de Bancária de Transferência Voluntária (OBTV).



6 O passo a passo para a realização das Atividades

Para realização das atividades do projeto é preciso seguir alguns procedimentos para prestar contas tanto no aspecto financeiro quanto pedagógico. A prestação de contas é o registro e a comprovação de realização das atividades. Por meio dela seguimos todas as exigências de controle e acompanhamento

da utilização de recursos públicos. Também garantimos a unidade da Rede em torno de seu Projeto Político Pedagógico (PPP). O registro das atividades é a memória e a fonte da sistematização e de estudo sobre a prática da Rede.





O convênio prevê a realização de várias atividades. Todas requerem o cumprimento de procedimentos definidos em lei. Algumas atividades são realizadas por intermédio das Entidades Estaduais contratadas e outras são realizadas diretamente pelo CAMP, são elas:

- Entidades Estaduais: atividades de formação Local (oficinas) e os Encontros Intermunicipais e;
- CAMP: Encontros Macrorregionais, Encontros Nacionais e Reuniões Macrorregionais.

6.1 Quadro Geral das Atividades

Atividade	Meta/Etapa	Quantidade	Observações
Reuniões do Coletivo Nacional	Meta 2 Etapa 1	36	32horas/3dias/15participantes cada
Reuniões de Coordenação Regionais		(6 nacionais 30 regionais)	
Reunião Ampliada	Meta 2 Etapa 2	4	32horas/4dias/50participantes cada
Acompanhamento “In Loco” deslocamentos da Comissão Nacional	Meta 2 Etapa 3	12 pessoas x 2 anos x 6 via- gens ao ano	Acompanhamento da execução do plano técnico operacional do projeto. Essas ações serão realizadas por integrantes dos núcleos regionais e nacional e convidados.
Deslocamentos da Equipe Nacional	Meta 1 Etapa 6	Média de 5 viagens ao mês.	Acompanhamento da execução do plano técnico operacional do projeto.
Encontro de Gestão	Meta 3 Etapa 1	3	32horas/4dias/70participantes cada.
Encontro Nacional	Meta 3 Etapa 2	1	40horas/5dias 100/participantes cada.
Encontros Macrorregionais	Meta 3 Etapa 3	14	Sendo 10 encontros de 3dias/24horas/52participantes nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste e 04 encontros na região sul de 3 dias/24horas/25participantes
Ciranda	Meta 3 Etapa 4	2	07 dias/100 pessoas
Atividades de Formação Pedagógica (Oficinas)	Meta 4 Etapa 2	5.104	Meta é alcançar 100 mil pessoas.
Encontros Intermunicipais	Meta 4 Etapa 3	270	3dias/30participantes (meta 8.100 participantes).

6.2 O passo a passo das Atividades de Formação (Oficinas)

O Quadro abaixo apresenta o número de oficinas a serem realizadas por cada estado e Distrito Federal, de um total de 5.104. Este quadro está registrado no Siconv através do Plano de Trabalho e se houver necessidade de alteração, é necessário fazer o pedido junto à SDH.

Acre	162	Paraíba	200
Alagoas	162	Paraná	198
Amapá	100	Pernambuco	250
Amazonas	234	Piauí	198
Bahia	216	Rio de Janeiro	198
Ceará	162	Rio Grande do Norte	144
Distrito Federal	180	Rio Grande do Sul	180
Espírito Santo	162	Rondônia	180
Goiás	180	Roraima	144
Maranhão	180	Santa Catarina	162
Mato Grosso	234	São Paulo	270
Mato Grosso do Sul	162	Sergipe	162
Minas Gerais	270	Tocantins	162
Pará	252	TOTAL	5.104

Cada Oficina deve ser comprovadas pelos seguintes documentos pedagógicos e financeiros de Prestação de Contas, os quais devem ser enviados ao CAMP por e-mail (recidatividades@camp.org.br) e pelo correio, devidamente assinados e carimbados.

1. Relatório Pedagógico (modelo em anexo).
2. Lista de Presença da Atividade (modelo em anexo). O número mínimo de participantes por atividade é de 20 pessoas, caso não se alcance é necessário justificar no Relatório Pedagógico. Salientamos que os educadores devem buscar alcançar 20 participantes com CPF, visto que esta é uma Meta do Convênio³.
3. Planilha de Custos do que foi gasto com as oficinas constantes do Lote (modelo em anexo p. 35).
4. Nota Fiscal emitida pela Entidade Âncora Estadual com o valor total das Oficinas enviadas no Lote.
5. Página de Identificação (modelo em anexo) de cada uma das oficinas constantes do Lote.

EXEMPLO

A Entidade realizou 10 oficinas em um mês. Ela enviará pelo Correio os 10 Relatórios Pedagógicos com as 10 Listas de Presença, 10 Páginas de Identificação, uma Planilha de Custos das 10 oficinas do Lote e uma Nota Fiscal com o valor total das 10 oficinas somadas. O valor referência de cada Oficina é o do contrato assinado pela entidade com o CAMP.

Se o valor final da Planilha de Custos das Atividades de Formação (modelo nos anexos p. 35) não alcançar o total do Lote (10 oficinas multiplicado pelo valor do contrato, por exemplo), no próximo lote esta diferença deve ser comprovada na Planilha de Custos do lote em questão.

³ No caso de pessoas que não têm CPF as educadoras e os educadores da RECID devem informar sobre como a pessoa deve proceder para retirar o seu.

QUAIS DESPESAS PODEM SER FEITAS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO (OFICINAS)?

- Aluguel de espaço para a atividade com comprovante de despesa no nome da Entidade estadual.
- Contas de Telefone Fixo, Celular e Internet (caso a conta telefônica, fixa ou celular, não seja exclusiva do projeto é preciso destacar as despesas referentes ao mesmo, escrevendo a soma dessas despesas no documento).
- Alimentação para participantes das oficinas com Comprovante de Despesa no nome da Entidade Âncora estadual.
- Transporte - ônibus, táxi, barco: despesas podem ser feitas em Recibos, que não devem exceder R\$50,00; Combustível e locação de veículos com Nota Fiscal.
- Aluguel de equipamentos (som, projetor, computador, etc.)
- Reprografia (fotocópias) com Nota Fiscal.
- Material de Consumo (de escritório, de limpeza e pedagógico) com Nota Fiscal.
- Impostos e taxas relativas a manutenção dos serviços das oficinas.
- Taxas bancárias.
- Despesas contábeis.

IMPORTANTE

Os Comprovantes de Despesas (notas fiscais e recibos válidos) deverão ser carimbados e mantidos na Entidade Estadual para fins de fiscalização por parte do gestor do projeto e/ou do gestor público. Não é necessário enviar cópias dos mesmos ao CAMP.

PLANILHA VIRTUAL DE IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

Para monitoramento e acompanhamento da realização das Atividades de Formação (oficinas), a Entidade Estadual tem como apoio a Planilha Virtual de Identificação das Atividades (modelo em anexo) com a numeração total das Oficinas e algumas informações centrais sobre a atividade.

COMO DEVE SER A NOTA FISCAL EMITIDA PELA ENTIDADE ÂNCORA?

- Detalhar o serviço realizado no campo “descrição do serviço”, por exemplo: “Realização de 10 (dez) oficinas de formação no mês de maio de 2013”.
- A nota deve conter um campo com a quantidade de oficinas realizadas e o valor unitário de cada oficina, constante do contrato da entidade com o CAMP.

QUANDO É EFETUADO O REPASSE DO RECURSO À ENTIDADE ÂNCORA?

O CAMP terá 10 dias úteis para efetuar o repasse do recurso para a Entidade Âncora Estadual a contar da data do recebimento pelo Correio. Caso a documentação não esteja correta, dentro deste prazo, o CAMP entrará em contato para que seja feito o ajuste. Após o retorno, o prazo para pagamento é de 5 dias úteis. Importante: o repasse de recurso é feito via Siconv, ou seja, para que o recurso chegue à conta da Entidade todos os documentos devem estar corretos.

6.3 O passo a passo dos Encontros Intermunicipais

Neste Convênio, os procedimentos destes encontros são muito semelhantes aos das Oficinas. A Entidade Estadual deve enviar os Relatórios Pedagógicos e Financeiros a cada encontro realizado.

O valor da Nota Fiscal da entidade deve ser igual ao valor estabelecido nos contratos. Na Planilha de Custos (modelo em anexo p.36) deve constar todos os gastos feitos para realização do Encontro. Caso o valor total da Planilha de Custos fique abaixo do valor por encontro (constante do contrato) no próximo Encontro esta diferença deve ser comprovada na Planilha de Custos do Encontro em questão. Recomendamos que a Entidade Estadual e os educadores gestores façam o acompanhamento dos gastos com os Encontros.

Cada Encontro Intermunicipal deve gerar os seguintes documentos pedagógicos e financeiros de Prestação de Contas, os quais devem ser enviados ao CAMP por e-mail (recidatividades@camp.org.br) e pelo Correio, devidamente assinados e carimbados.

1. Relatório Pedagógico (modelo em anexo).
2. Lista de Presença da Atividade (modelo em anexo). O número médio de participantes por atividade é de 30 pessoas, caso não se alcance é necessário justificar no Relatório Pedagógico.
3. Planilha de Custos do que foi gasto (modelo em anexo p.36).
4. Nota Fiscal emitida pela Entidade Âncora Estadual no valor total do Encontro, que não pode ultrapassar o valor estabelecido no contrato.
5. Página de Identificação (modelo em anexo).

IMPORTANTE

Os Comprovantes de Despesa (notas fiscais e recibos válidos) deverão ser carimbados (carimbo entregue às equipes de gestão estaduais) e mantidos na Entidade Âncora Estaduais para fins de fiscalização por parte do gestor do projeto e/ou do gestor público. Não é necessário enviar cópias dos mesmos ao CAMP.

QUAIS DESPESAS PODEM SER FEITAS PARA REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS INTERMUNICIPAIS?

- Aluguel de espaço para a atividade com comprovante de despesa no nome da Entidade estadual.
- Hospedagem (pensão completa: café da manhã, lanches, almoço e janta) para participantes dos Encontros Intermunicipais com Comprovante de Despesa em nome da Entidade Estadual.
- Transporte – ônibus, avião, táxi, barco: despesas podem ser feitas em Recibos, que não devem exceder R\$50,00; Combustível e locação de veículos com Nota Fiscal.
- Reprografia (fotocópias) com Nota Fiscal.
- Material de Consumo (de escritório, de limpeza e pedagógico) com Nota Fiscal.
- Aluguel de equipamentos (som, projetor, computador, etc.).
- Contratação de Assessoria para as atividades com Comprovante de Despesas (valor máximo de hono-

rários R\$ 50,00 hora/aula, conforme Meta 2 – Etapa 1). O Comprovante de Despesa pode ser RPA, Nota Fiscal Eletrônica, por exemplo.

- Passagem aérea para assessoria, quando necessário.

- Impostos e taxas relativas as despesas com o encontro.

OBSERVAÇÕES SOBRE EMISSÃO DE NOTA FISCAL

- Muitas Prefeituras fornecem uma Nota Fiscal Avulsa ou Eletrônica. Para acessa-la é necessário verificar via site, geralmente no Link Serviços. Para obter a Nota Fiscal é necessário preencher os dados conforme solicitado.

- Para informações sobre Nota Fiscal do Produtor Rural acesse: http://www.hortibrasil.org.br/jnw/index.php?option=com_content&view=article&id=444:a-nota-fiscal-do-produtor-e-seus-desafios&catid=64:frutas-e-hortalicas-frescas&Itemid=82 Também encontra-se informações nos sites dos Governos Estaduais.

- Nota Fiscal e Empreendedor Individual: o mesmo deve estar devidamente cadastrado na Secretaria da Fazenda para poder fornecer a Nota (mais informações: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>).

PLANILHA VIRTUAL DE IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

Para monitoramento da realização dos Encontros Intermunicipais, a Entidade Estadual tem como apoio uma Planilha Virtual de Identificação das Atividades (modelo em anexo) com a numeração total dos Encontros e algumas informações centrais sobre a atividade.

COMO DEVE SER A NOTA FISCAL EMITIDA PELA ENTIDADE ÂNCORA?

- Detalhar o serviço realizado no campo “descrição do serviço”, por exemplo: “Realização de um Encontro Intermunicipal nos dias 12 a 15 de maio de 2013 no município de Canoas/RS”.

QUANDO É EFETUADO O REPASSE DO RECURSO À ENTIDADE ESTADUAL?

O CAMP terá 10 dias úteis para efetuar o repasse do recurso para a Entidade Estadual a contar da data

do recebimento pelo Correio. Caso a documentação não esteja correta, dentro deste prazo, o CAMP entrará em contato para que seja feito o ajuste. Após o retorno, o prazo para pagamento é de 5 dias úteis. Importante: o repasse de recurso é feito via Siconv, ou seja, para que o recurso chegue à conta da Entidade todos os documentos devem estar corretos. A efetivação do pagamento deverá ser checada (verificar conta bancária) pela Entidade Estadual ao término do prazo estabelecido.

6.4 O passo a passo dos Encontros Macrorregionais

São planejados pelo Coletivo Macrorregional e realizados pelo Coletivo Estadual do Estado no qual acontecerá a atividade. Contudo, os procedimentos para sua execução via Siconv são feitos pelo CAMP. Os passos são:

- O Coletivo da Região deve enviar ao CAMP um Planejamento da realização destes Encontros ao longo do Convênio.
- O CAMP faz uma Cotação Prévia, via Edital registrado no Siconv, lançado no mínimo 20 dias antes da data de realização do Encontro para Hospedagem (pensão completa).
- Para que o Edital seja válido são necessárias 3 propostas orçamentárias, as quais devem ser enviadas ao CAMP por e-mail (recideditais@camp.org.br) conforme estabelecido no Edital.
- Após a realização do Encontro, a Nota Fiscal do serviço deve ser enviada pelos fornecedores dos serviços pelo correio ao CAMP para que a atividade seja paga via Siconv. O CAMP terá 10 dias úteis, a partir da chegada do NF pelo correio para efetivar a transferência do recurso, desde que toda a documentação esteja correta.
- No caso das passagens terrestre o procedimento ainda vai ser definido e informado ao coletivo da Rede, pois o processo de cotação prévia não está finalizado.
- O coletivo estadual responsável pela organização local do Encontro envia via e-mail (recidatividades@camp.org.br) e correio o Relatório Pedagógico e a Lista de Presença e os recibos de Locomoção Urbana.

- O recurso é repassado ao fornecedor da Hospedagem até 10 dias úteis após a chegada da Nota Fiscal original no CAMP, assim como os repasses dos Recibos de Locomoção aos educadores participantes.

6.5 O Passo a passo das Reuniões de Coordenação Regionais

Estas atividades são organizadas pelos gestores do estado onde a mesma se realizará. Envolvem 15 participantes (representantes dos estados que compõem a região). Como o valor destas Reuniões não ultrapassa R\$8.000,00 não é necessário Edital e sim a apresentação de 3 orçamentos para a Hospedagem. Em relação ao Transporte Terrestre, se forem utilizar um ônibus locado também é necessário 3 orçamentos. (Recomendamos utilizar este modo até que a contratação de uma empresa para compra de passagens seja concretizada.) Nestas Reuniões há Ajuda de Locomoção Urbana. Os procedimentos para sua execução são:

- Estado que organiza a Reunião informa ao CAMP via e-mail para recidatividades@camp.org.br a data da atividade, anexando os 3 orçamentos de Hospedagem (pensão completa) e transporte locado, caso tenha este serviço. Devem solicitar o orçamento padronizado, por exemplo: Hospedagem com café da manhã, 2 lanches, almoço e janta) para 15 pessoas do dia 12 a 15 de maio. Caso utilizem ônibus locado também solicitar orçamento padronizado. Por exemplo: Transporte para 15 pessoas com o seguinte trajeto: descrever.
- Após a realização da Reunião: enviar Relatório Pedagógico, Lista de Presença, Notas Fiscais dos fornecedores (Hospedagem e Transporte, caso tenha havido) e Recibos de Locomoção Urbana todos originais. (os orçamentos podem ser via e-mail)
- O repasse do recurso é feito, via OBTV aos fornecedores, até 10 dias após a chegada dos documentos originais acima citados no CAMP.

6.6 O passo a passo dos Encontros Nacionais

Todos os encontros são planejados pelo Coletivo da Rede e executados pelo CAMP. Para tanto, é necessário um Planejamento de todas as atividades. O CAMP lança a Cotação Prévia via Edital registrado

no Siconv e divulgado no site do CAMP com, no mínimo, 20 dias de antecedência. Assim como nos Encontros Macrorregionais, para que o Edital seja válido são necessárias três propostas orçamentárias, as quais podem ser enviadas ao CAMP por e-mail (recideditais@camp.org.br) conforme estabelecido no Edital.

- Após a realização do Encontro, a Nota Fiscal do serviço deve ser enviada pelos fornecedores dos serviços via e-mail e correio ao CAMP para que a atividade seja paga via Siconv.

- O Relatório Pedagógico das atividades nacionais é tarefa do CAMP.

6.7 Passagens Aéreas

A empresa Alternativa foi contratada via Edital registrado no Siconv para realizar a compra de passagens aéreas para todas as atividades da Recid. A pesquisa de voos é realizada pelo Secretariado de Brasília. Solicitar com antecedência mínima de um mês para acontecer as atividades dos encontros Macro, reuniões macro e encontro nacionais.

6.8 Ajuda de custo “Locomoção Urbana” dos encontros Regionais e Nacional

A ajuda de custo para locomoção urbana para encontros regionais e nacionais terá um recibo no valor de R\$ 91,90 que deverá ser preenchido com todos os dados do beneficiado. Seu pagamento será efetivado por transferência eletrônica via Siconv na conta da pessoa participante após a atividade. Essa ajuda e para custear as despesas de locomoção do passageiro até o aeroporto ou o lugar da atividade.

6.9 Diárias

O pagamento de diárias é válido somente para os Acompanhamentos in loco para integrantes Comissão Nacional e eventual representante dos estados e Deslocamentos da Equipe Nacional de gestão do projeto(CAMP). O valor é de R\$177,50, conforme estabelecido no Plano de Trabalho do Convênio.

6.10 Perguntas Frequentes

a) *Se não alcançarmos 20 participantes nas Atividades de Formação (oficinas), a atividade será válida?* Sim, desde que seja feita uma Justificativa no Relatório Pedagógico e que isto não seja recorrente nas Oficinas do Estado.

b) *Se parte dos 20 participantes nas Atividades de Formação (oficinas) não tiver ou não quiser fornecer o CPF, a atividade será válida?* Sim, desde que seja feita uma Justificativa no Relatório Pedagógico e que isto não seja recorrente nas Oficinas do Estado. **Importante: é Meta do Convênio 102.080 participantes com CPF, assim é fundamental que os/as educadores busquem alcançar os 20 participantes com CPF por oficina.** Recomendamos procurar órgãos responsáveis pela emissão do documento para atendimento da comunidade.

c) *É possível fazer compra de material ou alimentação de forma antecipada para mais de uma Oficina?* Sim, desde que as Notas Fiscais não se repitam na Prestação de Contas de mais de um Lote na íntegra.

d) *Se a Oficina ocorre em um mês, pode se prestar contas no seguinte?* Sim, desde que os Comprova-ntes de Despesas sejam referentes ao período da realização da atividade.

e) *A Nota Fiscal da Entidade Âncora pode ser enviada por e-mail para agilização do repasse do recurso?* O repasse será feito a contar da data do recebimento dos Documentos (itens 6.2 e 6.3) pelo Correio, em 10 dias úteis.

f) *Como a Entidade Âncora pode atestar aluguel de espaço para a Oficina, sendo ela mesma a fornecedora do serviço?* Uma forma seria apresentando notas dos custos de manutenção, limpeza do local utilizado, por exemplo

g) *Há limite de valor para aluguel de espaço para a realização das Oficinas?* O valor deve estar condizente com o valor total que pode ser utilizado em cada Oficina (de acordo com o Contrato) e comparável aos demais gastos.

h) *Precisa orçamento para gastos com combustível?* Não. O valor deve ser o compatível com o preço de mercado.

- i) *Como pagar transporte – barco, táxi – que não tem Nota Fiscal?* É importante priorizar os fornecedores que tem Nota Fiscal. Quando isso não é possível, veja se há possibilidade de pagar um valor condizente em combustível com a Nota Fiscal. Utilizar os recibos nos valores recomendados.
- j) *É possível fazer compra pela Internet? Sim, desde que a Nota Fiscal saia em nome da Entidade Estadual.*
- k) *O que deve ser Carimbado, todas as Notas e Comprovantes ou somente a Nota Fiscal da Entidade Âncora Estadual?* Todas devem ser carimbadas, pois isto comprova que todas foram verificadas pelo/a Gestor/a e estão relacionadas aos gastos do projeto
- l) *É possível pagar despesas nas contas dos celulares dos/as educadores? Fica a critério da Entidade Estadual. Recomendamos bom senso e uso cuidadoso, tendo em vista que é necessário que as Notas estejam em nome da Entidade.*
- m) *Reuniões de trabalho dos/as Educadores podem ter despesas?* Para que Notas referentes a uma atividade assim sejam válidas, a data deve estar próxima da realização de uma Oficina.
- n) *É necessário fazer licitação e/ou três orçamentos para a realização dos Encontros Intermunicipais? Licitação não. Recomenda-se fazer levantamento de preço para que o uso do recurso público atenda ao princípio da economicidade. Buscar pelo menos de três proposta de preços. Outras regras de procedimento ficam a critério da Entidade Estadual. Não é uma exigência do Contrato da mesma com o CAMP*
- o) *Há limites na distribuição dos gastos entre os serviços (alimentação, hospedagem, transporte) na realização do Encontro Intermunicipal?* Não. Recomendamos bom senso e caso haja algum encontro em que isso seja inevitável, justifique.
- p) *Como pagar assessorias do Encontro Intermunicipal?* É uma escolha da Entidade e da Assessoria. Pode ser via RPA, Nota Fiscal Eletrônica, Nota do Empreendedor, por exemplo. O valor não pode exceder R\$50,00 a hora/aula.
- q) *É possível buscar assessorias em outros estados? Recomendamos que sejam em estados vizinhos e todas as Notas referentes à vinda do mesmo devem constar da Planilha de Custos.*
- r) *Os fornecedores dos Encontros Intermunicipais precisam emitir Nota? Sim, as quais devem ser guardadas pela Entidade âncora e constar na Planilha de Custos.*
- s) *As Notas dos fornecedores dos Encontros Intermunicipais podem ser avulsas? Sim, desde que tenham validade. Elas podem ser feitas de forma digital, via site da prefeitura.*
- t) *Os fornecedores dos Encontros Intermunicipais podem emitir recibos? Até que valor?* Não recomendamos que recibos sejam comprovantes de despesas, pois eles não tem validade fiscal. No entanto, a utilização destes recibos fica a critério da Entidade Âncora, que deve estabelecer um limite.
- u) *Pagamentos dos Encontros Macrorregionais será feito pela Entidade Âncora Estadual ou direto ao fornecedor? Direto ao fornecedor, que apresenta a Nota Fiscal após a realização do serviço.*
- v) *O valor da diária (R\$177,50) é por encontro/reunião ou por dia? Esse valor das diárias e apenas para o acompanhamento in loco das atividades do convênio que pode ser utilizadas pela Comissão Nacional e para deslocamentos da equipe nacional. O valor estimado para as atividades regionais (reunião e encontros Macro) é de R\$ 90,00, mas para Hospedagem (pensão completa) pessoa jurídica.*



MANOEL GOMES DE SOUZA

7 Algumas Informações sobre o Administrativo

7.1 Papel das Entidades Âncoras e dos/as Educadores/as responsáveis pela Gestão

As Entidades Estaduais são responsáveis diretas pela execução das Atividades de Formação (oficinas) e Encontros Intermunicipais. As Entidades serão responsáveis por guardar as documentações referentes a execução de cada atividade: Notas Fiscais, recibos válidos, entre outros. Todos estes documentos devem ser conferidos e carimbados pela Entidade antes da Nota Fiscal da Entidade (referente ao Lote de Oficinas ou ao Encontro Intermunicipal) ser enviada ao CAMP.

IMPORTANTE: o CAMP, enquanto Entidade Nacional, realizará visitas, ao seu critério, às Entidades Estaduais para verificação da documentação citada acima, as quais precisam estar carimbadas e guardadas em local seguro.

7.2 Siconv, OBTV e Cotação Eletrônica Prévia de Preços

O Portal dos Convênios – SICONV é um sistema desenvolvido em plataforma web que permite aos órgãos concedente (no caso, a SDH) e conveniente (no caso, o CAMP) o gerenciamento on-line de todos os convênios cadastrados.

O Sistema de Convênios - SICONV foi criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de garantir ao Governo Federal o total controle das transferências voluntárias da União e imprimir mais eficiência, agilidade e, especialmente, mais transparência ao processo de liberação de recursos para estados, municípios e Organizações Não-Governamentais (ONGs), logo toda a documentação referente ao projeto como documentos fiscais, relatórios, listas de presença, imagens etc. deverão ser digitalizados e anexados no Sistema para que se realize o pagamento. A partir de 2012, foram integradas novas funcionalidades ao Sistema:

Ordem Bancária de Transferência Voluntária – OBTV

Conforme disposto no Decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011, "... considera-se Ordem Bancária de Transferências Voluntárias a minuta da ordem

bancária de pagamento de despesa do convênio, termo de parceria ou contrato de repasse encaminhada virtualmente pelo SICONV ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, mediante autorização do Gestor Financeiro e do Ordenador de Despesa do conveniente, ambos previamente cadastrados no SICONV, para posterior envio, pelo próprio SIAFI, à instituição bancária que efetuará o crédito na conta corrente do beneficiário final da despesa". Assim, o pagamento das despesas do Convênio ocorrerá após a realização e inserção dos documentos pertinentes no Siconv o qual realizará a transferência diretamente na conta-corrente do beneficiário de forma virtual. Esse documento eletrônico é emitido apenas se as etapas do Convênio tiverem sido cumpridas pelas partes envolvidas no processo (concedente, convenientes e fornecedores).

Cotação Eletrônica de Preços (funcionalidade exclusiva das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos)

A Cotação Eletrônica de Preços foi instituída pela Portaria Interministerial nº 507/2011 Art.58. A cotação prévia de preços, previsto no art.11 do Decreto nº6170, de 25 de julho de 2007, é realizada por intermédio do Siconv. O conveniente registra a descrição completa e detalhada do objeto a ser contratado, que deve estar em conformidade com o Plano de Trabalho, especificando as quantidades no caso de aquisição de bens.

Está dispensada de Cotação as atividades com valor inferior a R\$ 8.000,00 e que ocorra somente uma vez no estado, pois atividades semelhantes que somam acima de R\$ 8.000,00 necessitam de cotação.



8 Monitoramento e Avaliação

Para garantir a devida utilização do recurso público a equipe nacional de gestão fará balanços semestrais da execução do convênio. Estes serão momentos de consolidação das prestações de contas enviadas semestralmente e articulados à elaboração de cartas pedagógicas sobre as atividades da Rede.

Relatório Estadual de Prestação de Contas: balanços dos planejamentos **semestrais** com a prestação de contas do período e a consolidação dos gastos que foram realizados assinado pela Equipe de Gestão Estadual e enviado ao CAMP para consolidação do balanço nacional.

Balanços Semestrais da Execução do Convênio: elaborados pela Equipe Nacional de Gestão a partir dos Relatórios Estaduais de Prestação de Contas, articulado à elaboração de cartas pedagógicas, sobre as atividades da Rede.

É papel da **Entidade Âncora Nacional** e do **Comitê Gestor** do Convênio fazer acompanhamento através de visitas em qualquer estado a qualquer momento, para orientar, apoiar e verificar adequações e pendências na execução dos procedimentos deste Caderno de Gestão e dos Contratos das Entidades Âncoras Estaduais e Educadores/as.





9 Anexos

9.1 Quadro das Metas e Etapas do Convênio

Meta 1	Etapas	Quant.	Valores
1. Contratação de recursos humanos e infraestrutura para realizar trabalho técnico especializado de gestão do projeto, nas áreas de coordenação pedagógica, planejamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas.	1.1. contratação de pessoa física para realização da gestão técnica e operacional do projeto em âmbito nacional.	19 profissionais (24 meses)	R\$ 1.873.650,24
	1.2. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços relacionados com a manutenção do sistema de informação contábil, setor jurídico, informática, administrativo financeiro e auditorias.	24 meses	R\$ 394.400,00
	1.3. Locação de espaço físico.	24 meses	R\$ 149.466,48
	1.4..Aquisição de material de consumo para o funcionamento do escritório nacional.	25 meses	R\$ 34.437,08
	1.5. Reprodução e postagem de materiais referentes ao projeto – Contratação de serviços de terceiro Pessoa Jurídica	24	R\$ 48.000,00
	1.6. Deslocamentos da Equipe de Coordenação Nacional do projeto (diárias e passagens).	22 meses	R\$102.204,60
TOTAL EM REAIS DA META 1			R\$ 2.602.158,40

Relação com o Plano Trienal da RECID:Essa meta diz respeito à montagem da Equipe Nacional e garantia da infraestrutura necessária para o seu pleno funcionamento. A Equipe Nacional terá dois espaços físicos de atuação sendo um em Brasília e dois em Porto Alegre. A meta 1.2 inclui a tarefa de desenvolvimento de sistema para facilitar o fluxo e a gestão da informação da RECID.

Meta 2	Etapas	Quant.	Valores
2. Elaboração do desenho técnico operacional do projeto e execução de ações de acompanhamento presenciais e não presenciais, nas diferentes esferas de sua implantação: nacional, regional, estadual e local.	2.1. Realização de trinta e seis (36) reuniões da equipe nacional (32horas/4dias/15participantes). Sendo 06 em âmbito nacional e 30 regionais (03 reuniões por região ano)	15 participantes	R\$ 629.359,20
	2.2. Realização de quatro (4) reuniões nacionais com pelo menos um(a) educador(a) de cada estado e Distrito Federal, equipe pedagógica regional e integrantes do escritório central (32hora s/4dias/50participantes).	50 participantes	R\$ 376.812,00
	2.3. Acompanhamento in loco da execução do plano técnico operacional do projeto. Essas ações serão realizadas por integrantes da coordenação regional e nacional e convidados (proposta: 12 pessoas x 2 anos x 6 viagens ao ano, 2 diárias por viagem)		R\$ 145.515,60
TOTAL EM REAIS DA META 2			R\$ 1.151.686,80

Relação com o Plano Trienal da RECID

Etapa 2.1 são as 6 reuniões nacionais + as 30 reuniões macrorregionais (3 por região por ano).

Etapa 2.2 são as 4 reuniões nacionais ampliadas.

Etapa 2.3 refere-se ao recurso de acompanhamento do projeto pela Comissão Nacional.

Meta 3	Etapas	Quant.	Valores
3. Execução de ações de capacitação para o aperfeiçoamento teórico-metodológico, voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc.	3.1. Realização de Curso Nacional em dois módulos, cada módulo terá 32horas/4dias/70participantes, para capacitação sobre gestão compartilhada.	Capacitação para 70 participantes	R\$ 228.082,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente a dois Encontros Nacionais de Gestão, um no início e outro ao fim do projeto.

Meta 3	Etapas	Quant.	Valores
3. Execução de ações de capacitação para o aperfeiçoamento teórico-metodológico, voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc.	3.2. Realização de Encontro Nacional para 100 multiplicadores em educação popular e direitos humanos (5dias/40horas/100participantes).	Capacitação para 100 participantes	R\$157.306,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente ao XII Encontro Nacional previsto para 2014.

Meta 3	Etapas	Quant.	Valores
3. Execução de ações de capacitação para o aperfeiçoamento teórico-metodológico, voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc.	3.3. Realização de 14 Encontros Regionais – Sendo 10 encontros 3dias/52participantes – nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste e 04 encontros na região sul de 3 dias/25participantes.	Capacitação para 100 participantes	R\$ 749.143,20

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente aos Encontros Macrorregionais, sendo 2 nas regiões norte, nordeste, centro-oeste e sudeste e 3 na região sul, por demanda desta região. Contudo os encontros da região sul tem menos participantes e menor valor disponível.

Metas 3	Etapas	Quant.	Valores
3. Execução de ações de capacitação para o aperfeiçoamento teórico-metodológico, voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc.	3.4. Encontros de Formação Nacional em duas etapas (02 Encontros, com duração de 10 dias, com 100 pessoas)	Capacitação para 100 participantes	R\$ 519.012,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente às Cirandas de Educação Popular.

Meta 4	Etapas	Quant.	Valores
4.contratação dos educadores e educadoras e execução de atividades formação de âmbito local, distribuídas em todo o território nacional	4.1. Contratação 97 educadores de 40 horas e 88 educadores de 20 horas compor as equipes estaduais e executar as oficinas de formação em âmbito local. O contrato será CLT por tempo determinado. No valor estão incluídos: INSS, 13º e férias proporcionais, FGTS, vale refeição, contribuição sindical, PIS, tributos, encargos patronais e benefícios.	185educadores (18 meses)	R\$ 9.193.682,61

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente à contratação de educadoras e educadores populares.

Meta 4	Etapas	Quant.	Valores
4.contratação dos educadores e educadoras e execução de atividades formação de âmbito local, distribuídas em todo o território nacional	4.2. Realização de 5104 atividades pedagógicas de âmbito local, com cerca de 20 participantes e duração mínima de 4 horas. (Número de educador x 2 oficinas x 18 meses) Ex. ACRE: 4,5 Educador x 2 oficinas x 18 meses = 162 oficinas.	Capacitação de 102.080 participantes	R\$ 2.968.640,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente às oficinas.

Meta 4	Etapas	Quant.	Valores
4.contratação dos educadores e educadoras e execução de atividades formação de âmbito local, distribuídas em todo o território nacional	4.3. Realização de 270 Encontros com abrangência intermunicipal (24horas/3dias/30participantes – 8100 participantes	Capacitação de 8100 participantes	R\$ 2.025.000,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente aos encontros intermunicipais.

Meta 5	Etapas	Quant.	Valores
5. Elaboração e implementação do Plano de Comunicação do Projeto e apoio à produção e divulgação das ações da Rede de Educação Cidadã – RECID.	5.1. Produção de 03 publicações com tiragem de oito mil exemplares.	24.000	R\$ 240.000,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente a publicações da RECID.

Meta 5	Etapas	Quant.	Valores
5. Elaboração e implementação do Plano de Comunicação do Projeto e apoio à produção e divulgação das ações da Rede de Educação Cidadã – RECID.	5.2. Produção de vídeos junto as atividades de capacitação do projeto sobre sua trajetória, seus resultados junto ao público, acúmulos conceituais e metodológicos, etc.		R\$ 108.000,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente a produção de vídeos da RECID.

Meta 5	Etapas	Quant.	Valores
5. Elaboração e implementação do Plano de Comunicação do Projeto e apoio à produção e divulgação das ações da Rede de Educação Cidadã – RECID.	5.3. Confeção de peças de divulgação das ações de capacitação previstas nesse projeto:		R\$ 87.358,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente a produção de material de divulgação da RECID.

Metas 5	Etapas	Quant.	Valores
5. Elaboração e implementação do Plano de Comunicação do Projeto e apoio à produção e divulgação das ações da Rede de Educação Cidadã – RECID.	5.4. Aperfeiçoamento e alimentação de site e estratégias de atuação na internet em redes sociais		R\$ 70.000,00

Relação com o Plano Trienal da RECID: Referente à manutenção da página da RECID na internet.

METAS	VALOR
Meta 1	R\$ 2.602.158,40
Meta 2	R\$ 1.151.686,80
Meta 3	R\$ 1.653.543,00
Meta 4	R\$ 14.187.322,61
Meta 5	R\$ 505.358,00
TOTAL	R\$ 20.100.069,01

9.2 Texto sobre as Atividades de Formação (oficinas) e Fluxograma

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE REGISTRO DE OFICINAS

(texto elaborado pela Equipe CAMP/Recid)

Ao elaborar este pequeno texto, busca-se refletir sobre os processos de realização de oficinas pelos educadores e educadoras .

No entanto, aqui não se busca informar uma receita para a preparação dos momentos de formação locais. Procura-se com ele estabelecer um diálogo reflexivo, de forma que se possam qualificar as práticas que vem sendo realizadas, através de questões que remetam a pensar sobre a ação, sobre a prática e a elaboração do registro pedagógico.

Sabe-se que as necessidades locais são o ponto de partida de qualquer processo, seja ele de estudo, de luta por direitos, de organização popular ou comunitária. Esse processo local faz com que as pessoas se movam, se movimentem em busca daquilo que acreditam ser necessário para melhorar suas vidas. Como diz Eva Duarte “onde existe uma necessidade, nasce um direito”.

Dessa forma, ao refletir sobre aquele território, aquele espaço geográfico, também há necessidade de olhar para as relações que nele existem. Relações pessoais, da vida comunitária, das necessidades criadas, postas ou construídas, observando ou mesmo perguntando para quem ali está vivendo.

Faz-se, de comum importância perceber que nesse momento, é preciso se despir das construções que temos, evitando pré-conceitos ou julgamentos, se colocando como igual àquelas pessoas que ali estão recriando e reproduzindo a vida. Buscar sempre se perguntar se a sondagem realizada foi suficiente para emergir todas as questões da realidade. Ainda, em que foi baseada essa sondagem e que recursos a compõe?

Neto (1998, p. 59) afirma o seguinte com relação a este tema:

Segundo Marx, para captar a aparência, para sinalizar o conjunto de processos de

um fenômeno não é necessário nenhuma pesquisa. Basta mirá-la, basta verificá-la, basta constatá-la. Em Marx, a aparência não é descartada, não é secundarizada, mas ela tanto revela quanto oculta a essência. Donde partir da aparência significa partir da facticidade para localizar processos que remetem a novos dados, que remetem a novos processos e que, portanto, permite, numa viagem regressiva, num caminho de volta, retomar aquela mesma facticidade que foi o ponto de partida inicial e encontrar nela, retirando de sua processualidade, os traços que a particularizam.

Pelo que se percebe, fazer a leitura da realidade que está se inserindo para realizar uma oficina não é tão simples assim. As pessoas e suas construções, a comunidade e suas relações, a vida local e as questões que dela emergem são um misto de ações e práticas que precisam ser levadas em consideração quando se pensa em interagir e em construir novos conhecimentos a partir da realidade.

No segundo momento, na construção do processo pedagógico, podemos situar o planejamento. De posse dos elementos da realidade local, é preciso planejar. Para esse processo, é necessário descrever o objetivo que se quer, o conteúdo que será abordado e a forma que será utilizada para a abordagem. Além disso, ao planejar, deve se levar em consideração o espaço onde será realizada a atividade, a estrutura que se tem perfil do grupo, se as pessoas são alfabetizadas, dentre outros elementos.

Planejamento é individual, mas também pode (deve) ser um exercício coletivo, socializado anteriormente com algumas pessoas que vivenciarão aquele processo.

Considera-se que o conteúdo que será trabalhado deve, além de dar conta do objetivo, envolver os participantes incentivando-os a continuar se organizando nos seus espaços de atuação. Afora isso, também é importante pensar aquela determinada oficina como um processo, que terá continuidade, que terá sequencia.

Durante a realização da atividade, levar em consideração que as pessoas possuem saberes e que de suas maneiras os expressam. Como diria Paulo

Freire, não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes. Levar em consideração as formas de intervenção, permitindo e tendo abertura para que ela aconteça é fundamental.

Ao final da oficina, avaliar o que foi realizado juntamente com as pessoas que participaram dela também é importante. No entanto, a avaliação deve considerar as questões de estrutura local, mas também elementos de metodologia e conteúdo.

Ao final do processo, o educador e a educadora deve refletir sobre o que vivenciou, se perguntando se a metodologia foi adequada e cumpriu os objetivos propostos? Quais os desafios da organização local? O grupo saiu fortalecido com o processo realizado? O que aprendi com o que vivenciei? Porque estou realizando essa oficina? Foi estabelecido um processo de mobilização da comunidade para a realização da oficina? Como avançar e dar continuidade ao processo? Quais os próximos passos e temas que poderão ser abordados? Quais as relações com os Direitos Humanos?

Se colocar como aprendiz é de fundamental importância. Planejar, registrar, avaliar e fazer nova ação deve fazer parte do processo de busca. Transformar a realidade é transformar-se a si também num movimento de ação, reflexão e ação.

De posse dos pequenos lembretes escritos acima, tem-se o desafio de elaborar uma parte do registro, preenchendo os relatórios pedagógicos. Registrar esses momentos de trabalho e educação popular são importantes para arquivo, mas também para história. A história oficial, repleta de heróis e homens brancos foi escrita pela classe dominante. A classe trabalhadora também tem o dever de registrar a sua história, deixando o legado para as futuras gerações, tanto de questões que deram certo quanto das que poderiam ter sido melhores. O relato desse processo em relatório pedagógico para a prestação de contas é apenas uma pequena parte do registro que deve ser realizado, composto também por cartas pedagógicas e outros instrumentais.

Para isso, sempre lembrar que as coisas que serão escritas ficarão na entidade âncora nacional. Destes serão extraídos elementos para realizar sistematizações e acompanhamento dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Deve ser entendido como um

instrumento importante do acompanhamento pedagógico nacional.

No relatório, devemos colocar todos os elementos vividos, especialmente na parte que descreve a oficina. Esses momentos não ocorrem de forma natural ou automática, por isso devem ser descritos de maneira que o relato tenha vida e seja a expressão daquilo que foi vivido. Considera-se que cada pessoa tem um jeito de escrita e isso não deve ser o limitador do registro, mas um impulsionador para que a diversidade do processo tenha evidência.

Sendo assim, este pequeno texto provoca para a ação de pensar sobre o que se está fazendo, mas ao mesmo tempo, como se está fazendo e como se está registrando, tentando otimizar um processo que vem sendo feito, fundado nas concepções de educação popular que cada local e educador/a acredita.

Referências Bibliográficas

Paulo Freire – Abertura do Congresso Brasileiro de Leitura – Campinas, novembro de 1981.

NETO, José Paulo. Relendo a Teoria Marxista da História. In: SAVIANI, Demerval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luis (Orgs). História e História da Educação: O Debate Teórico-Metodológico Atual. Campina – SP: Autores Associados. 1998.

9.3 Modelo de Relatório Pedagógico das atividades da rede realizadas pela entidade âncora estadual

Secretaria de
Direitos Humanos

PROJETO: E-DHESCA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Conectando Redes e Saberes.

Convênio: 778677/2012- SDH/PR

REGISTRO PEDAGÓGICO

Atividade/meta

- () Atividades Pedagógicas de Formação e Capacitação em Direitos Humanos (Oficinas) – Meta 4, etapa 2
- () Atividades Pedagógicas de Formação e Capacitação em Direitos Humanos (Encontro Intermunicipal) – Meta 4, etapa 3
- () Atividades Pedagógicas de Formação e Capacitação em Direitos Humanos (Encontro Macrorregional) – Meta 3, etapa 3

1. Estado:	2. Município:
3. Outros Municípios envolvidos:	
4. Endereço:	
5. Número de Participantes:	6. Data:
7. Educadores Responsáveis pela atividade (contratados e voluntários):	
8. Organizações envolvidas com a atividade (parcerias):	

9. Título (Que descreva o tema da atividade)

10. Objetivo (O que queremos com esta atividade?)

10.1 Essa atividade é pontual? ()sim () não

10.2 Essa atividade é parte de um processo anterior?()sim () não

11. Caracterização do grupo que participou da atividade:

a) Gênero

() Feminino () Masculino

b) Faixa Etária

nº de jovens: ____ nº de adultos: ____ nº de crianças acompanhantes: ____ nº de idosos: ____

c) Escolaridade

() Não escolarizados/as () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Ensino Superior

d) Localização da moradia

() Cidade () Campo

12. Características do público participante na atividade:**- atividades socioeconômicas**

() agricultores/as () pescadores/as () estudantes () desempregados/as () ribeirinhos
 () catadores/as () cooperativados/as () domésticas () autônomos () donas de casa
 () artesãos/as () grupo de economia solidária
 () outros: _____

13. Descreva os momentos pedagógicos que compuseram a atividade de formação e os conteúdos abordados, estudo e problematização da realidade, de acordo com a metodologia Freireana, conforme diretriz 8.3 do PPP e descritos no PNF, conforme páginas 14 e 15. (recursos utilizados, como poesia, textos, músicas devem ser anexados):

a) Problematização da realidade: que necessidades motivaram a realização da oficina? Há direitos humanos negados e violado? Quais?*

b) Aprofundamento teórico/ conceitual da realidade: como se deu o debate? quais foram as principais ideias em relação à problematização sobre DH? Que recursos foram utilizados? Quais dinâmicas? como foi a participação? quais foram as principais ideias em relação a problematização sobre Direitos Humanos?

c) Aplicação do conhecimento/ Formulação de estratégias de ação diante desta realidade: que conclusões chegaram em relação ao tema? O que aprendemos?

d) Como a atividade foi avaliada pelo grupo?

*Segundo a Plataforma EDHESCA, os Direitos Humanos (civis, econômicos, culturais, ambientais, etc.) são indissociáveis. Essa concepção mais ampla de DH se aproxima dos desafios estratégicos pelo Plano Trienal da RECID.

14. Quais os encaminhamentos construídos na oficina (novos encontros, articulações políticas, ações)?

15. Apresente os principais avanços e as principais dificuldades observadas na realização da atividade. (não se trata de problemas da realidade ou da trajetória dos participantes, mas da execução da atividade.

17. Comentários e Justificativas (se necessário)

Cronograma das Atividades realizadas pelas Entidades Âncoras Estaduais e Coletivos

Este Cronograma auxiliará na assessoria e monitoramento do andamento da realização do convênio.



Cronograma das Atividades realizadas pela Entidade Âncora Estadual
Projeto: E-DHESCA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS -
 Conectando Redes e Saberes
 Convênio nº 778677/2012 - SDH/PR

Secretaria de
Direitos Humanos



Estado:

Quantidade Total de Oficinas em 18 meses:

2013							
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

2014									
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO

Estado:

Quantidade Total de Encontros Intermunicipais em 18 meses: 10

2013							
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

2014									
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO

Planilha de Custos das Atividades de Formação – Oficinas



**E-DHESCA - educação, cidadania e direitos humanos:
conectando redes e saberes**
Convênio 778677/2012 SDH/PR-CAMP



Planilha de Custos das Atividades de Formação Pedagógica				
Prestação referente ao período de:			Estado:	
Saldo Anterior	Data	Quant. Oficinas	Valor Unitário	Entrada Prevista
				R\$ -
Histórico	Data	Tipo Doc.	Nº Doc.	Valor Gasto
Serviços de Terceiros				
Alimentação				
Sub-total Alimentação				R\$ -
Transporte				
Sub-total Transporte				R\$ -
Correios (sedex - carta registrada)				
Sub-total correios				R\$ -
Despesas com Cópias				
Sub-total Cópias				R\$ -
Telefone, água, Energia				
Sub-total com telefone, água, energia				R\$ -
Revelação e Reprodução de filmes fotográficos				
Sub-total revelação				R\$ -
Despesas aluguel de espaço para atividade				
Sub-total aluguel de espaço				R\$ -
Taxas (fiscais, bancárias, contábeis)				
Sub-total taxas				
Material de consumo				
Material didático e escritório				
Sub-total material didático e escritório				R\$ -
Total dos valores a receber				R\$ -
Total dos valores gastos				R\$ -
Saldo anterior				R\$ -
Saldo atual				
Responsável pela entidade _____				
Educador Gestor _____				

Planilha de Custos Encontros Intermunicipais



E-DHESCA - educação, cidadania e direitos humanos:
conectando redes e saberes
Convênio 778677/2012 SDH/PR-CAMP



Planilha de Custos dos Encontros Intermunicipais				
Prestação referente ao período de:			Estado:	
Saldo Anterior			Valor Unitário	Entrada Prevista
			R\$	-
Histórico	Data	Tipo Doc.	Nº Doc.	Valor Gasto
Serviços de Terceiros				
Hospedagem e alimentação				
Sub-total Alimentação e Hospedagem				R\$ -
Transporte (urbana e aérea)				
Sub-total Transporte				R\$ -
Correios (sedex - carta registrada)				
Sub-total correios				R\$ -
Despesas com Cópias				
Sub-total Cópias				R\$ -
Impostos/taxas do encontro				
Sub-total impostos/taxas				
Serviço de Assessoria (máximo R\$50,00h/téc)				
Sub-total Serviço Assessoria				
Telefone				
Sub-total com telefone				R\$ -
Revelação e Reprodução de filmes fotográficos				
				R\$ -
Sub-total revelação				R\$ -
Despesas com aluguel (espaço físico e equipamentos) taxa de água e energia				
Sub-total - aluguel, água e energia				R\$ -
Material de consumo				
Material didático e escritório				
Sub-total material didático e escritório				R\$ -
Aluguel de Equipamento				
Sub-total aluguel equipamentos				
Total dos valores a receber				R\$ -
Total dos valores gastos				R\$ -
Saldo anterior				R\$ -
Saldo atual				
Responsável pela entidade _____				
Educador Gestor _____				

Folha de Identificação das Atividades de Formação – Oficinas



Folha de Identificação Oficinas RECID/CAMP 2013

Projeto: E-DHESCA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - Conectando Redes e Saberes.

Convênio: 778677/2012- SDH/PR

Estado:

UF - OF nº - 2013

Município:

Data: / /2013

Conferência Documentação	
Relatório Pedagógico	
Fotos	
Lista de Presença	
Anexos (se houver)	

Folha de Identificação dos Encontros Intermunicipais



Secretaria de
Direitos Humanos



**Folha de Identificação dos Encontros Intermunicipais
RECID/CAMP 2013**

**Projeto: E-DHESCA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS -
Conectando Redes e Saberes.
Convênio nº 778677/2012- SDH/PR**

**Encontro Intermunicipal EI – UF – município
data**

Gestão Compartilhada Conferência Documentação	
Programação	
Relatório Pedagógico	
Fotos	
Anexos (se houver)	
Lista de Presença	
Planilha de Custos	
Nota Fiscal Entidade Âncora Estadual	

Planilha Virtual de Identificação das Atividades Oficinas



Projeto: E-DHESCA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS -
 Conectando Redes e Saberes
 Convênio nº 778677/2012 - SDH/PR

Secretaria de
 Direitos Humanos



ATIVIDADES DE FORMAÇÃO - OFICINAS do Estado:

UF	CÓDIGO DA ATIVIDADE	DATA	HORA	LOCAL: município	EDUCADOR/A CONTRATADO/A RESPONSÁVEL
	OF -1				
	OF -2				
	OF -3				
	OF -4				
	OF -5				
	OF -6				
	OF -7				
	OF -8				
	OF -9				
	OF -10				
	OF -11				
	OF -12				
	OF -13				
	OF -14				
	OF -15				
	OF -16				
	OF -17				
	OF -18				
	OF -19				
	OF -20				
	OF -21				

Planilha Virtual de Identificação dos Encontros Intermunicipais



Projeto: E-DHESCA EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS -
 Conectando Redes e Saberes
 Convênio nº 778677/2012 - SDH/PR

Secretaria de
 Direitos Humanos



ENCONTROS INTERMUNICIPAIS do Estado:

UF	CÓDIGO DA ATIVIDADE	DATA	HORA	LOCAL: município	EDUCADOR/A CONTRATADO/A RESPONSÁVEL
	EI - 1				
	EI - 2				
	EI - 3				
	EI - 4				
	EI - 5				
	EI - 6				
	EI - 7				
	EI - 8				
	EI - 9				
	EI - 10				

9.5 Equipe CAMP/Recid - Entidade Âncora Nacional

- Coordenadora de Projetos Sociais - Daniela Tolfo
- Coordenadora Administrativa Financeira - Janice de Oliveira
- Coordenador Pedagógico - João Carlos Werlang
- Equipe de Gestão Compartilhada: Maria do Carmo Karam, Claudia Andrieux, Elisiane Jhan, Rafael Coelho, Renato Citolin Júnior, Dabiane Boeira Schmaedecke, Kate Tamíres Santos Schmaedecke, Michele Miorando, Albenir Ramires e Jonatas Rodrigues Lopes

9.6 Equipe Secretariado/Recid

- Gabriel Carvalho (Equipe de gestão)
- Silvia Salim (Equipe pedagógico e comunicação)
- Cristina Brites (Equipe pedagógico e comunicação)

9.7 Talher Nacional (Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã)

Marcel Franco Araújo Farah

Willian Silva Bonfim

Iracema Ferreira de Moura

Vera Lúcia Lourido Barreto

Selvino Heck

9.7 Comissão Nacional

REGIÃO	ESTADO	NOME
Centro-Oeste	Distrito Federal	Jacqueline Chaves do Nascimento
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Paulo Sérgio Matoso
Nordeste	Pernambuco	Simone Andréa Lourenço
Nordeste	Alagoas	Inês Marcelino
Nordeste	Piauí	Antônio Francisco De Carvalho
Norte	Amazonas	Francimar Santos Junior
Norte	Rondônia	Silvana Maria dos Santos Tomaz
Norte	Acre	Geessede Freitas Rocha
Sudeste	Espírito Santo	Sandra Madalena Valentim De Souza
Sudeste	Minas Gerais	Rosely Carlos Augusto
Sul	Paraná	Luzia Alves da Cruz Nunes
Sul	Santa Catarina	Tomás Poli Sanhotene

9.8 Endereços para envio de documentos

- Todos os documentos previstos no Passo a Passo das Atividades de atribuição das Entidades Estaduais devem ser enviados com a identificação no Assunto do Estado/Tipo de Atividade/Número. Exemplo: AC/ Encontro Intermunicipal/05 para recidatividades@camp.org.br

- Todos os Orçamentos e Notas Fiscais referentes as Reuniões de Coordenação Regional devem ser enviados com a identificação, no Assunto ao qual correspondem para recidatividades@camp.org.br

- Para o CAMP via Correio:

CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional

Projeto E-DHESCA/Recid

Praça Pereira Parobé, 130/9º andar

Centro - Porto Alegre/RS

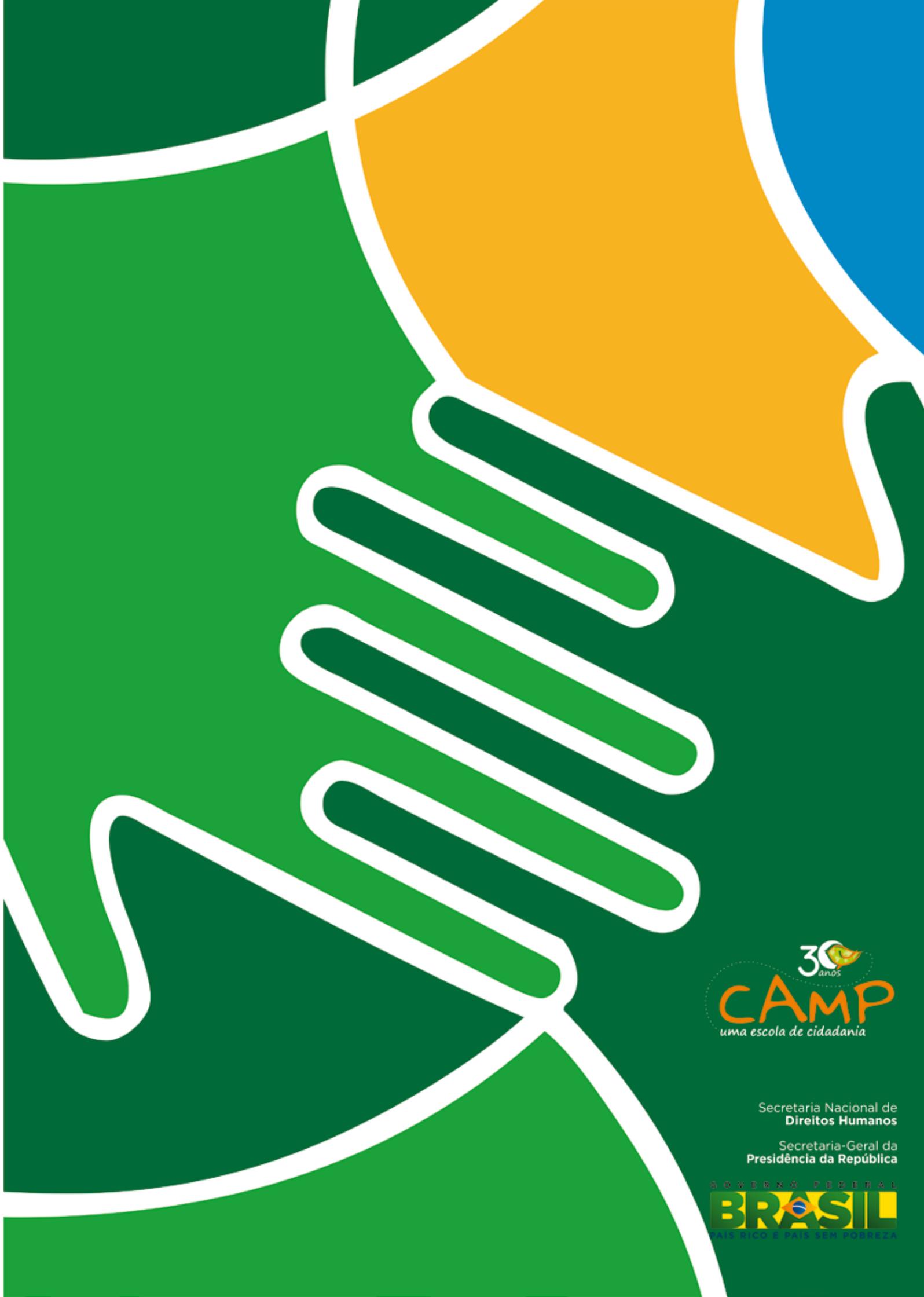
CEP: 90030-170



"Se temos de esperar,
que seja para colher a semente boa
que lançamos hoje no solo da vida.
Se for para semear,
então que seja para produzir
milhões de sorrisos,
de solidariedade e amizade".

Cora Coralina





30
anos
CAMP
uma escola de cidadania

Secretaria Nacional de
Direitos Humanos

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA